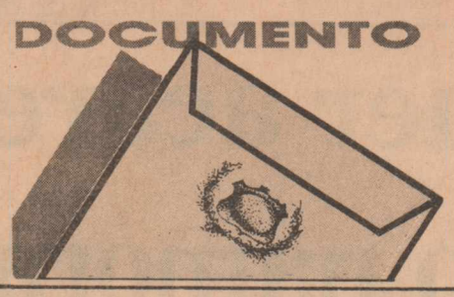
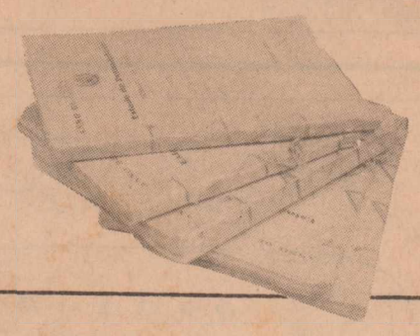
DOCUMENTO



Vinte anos antes do surgimento do macartismo, foi instalada no Brasil a Comissão de Repressão às Atividades Comunistas que, em seu pioneirismo repressivo, ouviu milhares de pessoas, inocentes ou culpadas, acusadas de envolvimento na insurreição comunista que explodiu no Brasil em 1935. Os depoimentos, perdidos durante décadas, foram agora encontrados nos arquivos da Câmara dos Deputados.



Os arquivos secretos do levante de 1935

Rubem de Azevedo Lima

São dez mil histórias de violências, injustiças, discriminações. E são histórias reais, que estavam perdidas mas foram encontradas nos arquivos da Câmara dos Deputados, onde permaneceram ignoradas durante décadas e só por isso conseguiram salvar-se.

São histórias de homens e mulheres, crianças e velhos, quase todos trabalhadores, mas também algumas centenas de artistas, estudantes, prostitutas e vagabundos de rua. E muitos negros, judeus e estrangeiros, as maiores vítimas do tempo de prepotência e de preconceitos no qual se passaram as histórias agora redescobertas.

Trata-se de dez mil depoimentos e fichas policiais de personagens que, inocentes ou culpados, voluntária ou involuntariamente, foram envolvidos na insurreição comunista que eclodiu no Rio de Janeiro, em Natal e Recife, entre os dias 23 e 27 de novembro de 1935.

Repressão — No final de 1935, criou-se no governo, com apoio da Câmara dos Deputados, por iniciativa do ministro Vicente Rao, do então presidente Getúlio Vargas — eleito indiretamente pelo Congresso, ano e meio antes — uma Comissão de Repressão às Atividades Comunistas no Brasil (CRAC). Um dos responsáveis pela iniciativa, no âmbito do Legislativo, foi o deputado governista gaúcho Adalberto Corrêa, irmão de Otávio Corrêa, único civil que participou do levante dos 18 do Forte de Copacabana, em 1922, e foi morto na ocasião.

O pioneirismo repressivo da CRAC, precedeu em cinco anos o surgimento da comissão de repressão às atividades antiamericanas, criada no Congresso dos Estados Unidos, durante a 2ª Guerra Mundial. Somente depois de 20 anos de instalação da CRAC no Brasil, o senador Joseph McCarthy instituiu no Senado dos EUA a Comissão de Repressão ao Comunismo. Ao contrário da comissão americana, a brasileira embora também tivesse papel ativo na denúncia de comunistas e supostos comunistas, contou com representantes civis e militares do governo, e acompanhou todas as investigações feitas à época pela polícia de Vargas, que lhe enviava cópias dos depoimentos policiais e judiciais dos presos políticos, sob a condição de mantê-los em sigilo. Portanto, direta ou indiretamente, a Câmara inteirou-se das violências e atentados praticados então contra os direitos dos presos, e a comissão recomendou a prisão de "perigosos comunistas ainda soltos" e a demissão de milhares de servidores públicos.

Reprodução



Findo o levante, presos do Rio são levados à Ilha das Flores

Em 1937, instaurou-se o Estado Novo e o congresso, apesar de majoritariamente governista, foi fechado. Os documentos sigilosos que estavam na Câmara foram guardados pelos últimos dirigentes daquela casa, em cofre forte. Durante o Estado Novo, o Palácio Tiradentes — onde funcionava a Câmara — foi entregue ao Ministério da Justiça e transformou-se em sede do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), centro de propaganda oficial do Governo. No começo de 1945, as autoridades policiais pediram aos responsáveis pela guarda do Tiradentes a devolução dos documentos sigilosos sobre as prisões políticas da insurreição comunista. Tais documentos, porém, foram dados como já devolvidos e por isso continuaram no Legislativo, salvando-se da destruição.

Só durante a transferência do Congresso para Brasília, em abril de 1960, eles seriam oficialmente reencontrados. Estavam em 17 caixas lacradas, com a marca, no exterior, de sigilo obrigatório. Tombados e cadastrados sob o título "Intentona Comunista", esses papéis nunca foram analisados e retornaram aos cofres em que tinham ficado por mais de vinte anos.

Após a instalação da Constituinte, em 1988, o deputado Lúcio Alcântara, do PDT do Ceará, pediu ao então presidente da Câmara, deputado Ulysses Guimarães, que mandasse abrir todas as caixas de papéis secretos existentes nos arquivos daquela Casa. Seu conteúdo seria examinado por uma comissão de deputados e funcionários, antes de ser liberado à consulta pública.

Ulysses acolheu a proposta de Alcântara e os documentos da insurreição de 1935 foram, em conseqüência, liberados pelo atual presidente da Câmara, deputado Paes de Andrade.

À exceção das cópias de peças do processo investigatório, instaurado especificamente pelo então delegado Beléns Porto, contra os principais personagens da insurreição — Luís Carlos Prestes, Olga Benário, Harry Berger e outros — todos os demais documentos sobre aquele episódio histórico, envolvendo intelectuais e a gente do povo, foram destruídos. Os papéis guardados nos arquivos da Câmara acabaram, portanto, sendo as únicas provas que restaram da repressão aos acusados e suspeitos de crimes políticos, em 1935 e 1936. Com base nesse material, o **Jornal de Brasília** conta, com exclusividade um pouco do que foi a repressão e quem foram os reprimidos pela Justiça e pela Polícia nos anos que precederam e prepararam a ditadura do Estado Novo.

O desencanto e a Aliança

Em 1935, os jovens militares brasileiros que haviam apoiado o movimento de 1930 — pelo qual Getúlio Vargas chegara ao poder — estavam desencantados. Nos anos 20, eles conspiraram contra o governo a partir de incidentes político-militares, mas defendiam reformas sociais, econômicas e políticas. Criou-se o espírito e a ação que ficaram conhecidos como "tenentismo", no meio militar.

Em julho de 1922, um grupo de militares sublevou o Forte de Copacabana, contra o governo. Em 1924, sublevou-se São Paulo. Os vencidos, nessa ocasião, ligaram-se na chamada coluna Prestes, levando suas idéias reformistas ao resto do País, num grupo armado chefiado pelo então capitão Luis Carlos Prestes, que, derrotado, se internou na Bolívia em 1927, mas se transformara em figura legendária no Brasil e não quis participar do movimento de 1930, a seu ver pouco promissor.

Aliança — Devido à crise mundial de 1929/30, os primeiros anos da nova década foram difíceis para o País, cujo principal produto, o café, ficara sem preço no exterior. Em face dos descontentamentos internos, constituiu-se uma aliança reformista integrada por trotskistas, marxistas, socialistas, democratas, intelectuais, estudantes, e trabalhadores, em torno dos antigos tenentes. Foi a Aliança Nacional Libertadora (ANL), favorável à reforma agrária, contrária ao pagmento da dívida externa, pela democracia e pró-nacionalização de algmas empresas estrangeiras.

À época, o nazismo e o fascismo cresciam na Europa. No Brasil, criara-se a Ação Integralista, inspirada nesses regimes, que suprimiam a liberdade e perseguiam os adversários políticos e os judeus. A Itália invadira a Abissínia, (hoje Etiópia). A Espanha estava à beira da guerra civil, o nazismo era o partido único na Alemanha e a crise brasleira aguçava-se, dada a incapacidade do governo em promover as reforam prometidas antes de 30. Prestes adere ao comunismo e, em 1934, em Moscou, numa reunião da Internacional Comunista, acha ter chegado a hora de um verdadeiro movimento de massa no Brasil. Em companhia de vários comunistas — Harry Berger, Leon Vallée, Rodolpho Ghioldi, Victor Barron, Gruber e Olga Benário, volta ao Brasil clandestinamente, para deflagrar a revolução.

Ninguém se salva da fúria da repressão

Felipe Urbano dos Santos, mais de 90 anos de idade, negro, pedreiro de profissão, mas desempregado. Preso como elemento capaz de promover, embora quase centenário, a subversão da ordem política. Luiza Marcelina Branco, estudante, solteira, 16 anos incompletos, branca. Foi obrigada a prestar depoimento em juízo sobre as idéias políticas de seu pai. Pedro Higuera Rodriguez, 35 anos, espanhol, solteiro, branco, operário. Preso pelo fato de cantarolar, bêbado, num botequim, "La Cucaracha", confundida com o hino comunista — a Internacional. Beatriz da Silva, 40 anos, mestiça, solteira, prostituta. Presa ao aliciar clientes, sob a suspeita de valer-se da profissão para fazer proselitismo contra o regime.

À exceção de Luiza Marcelina, cuja prisão foi relaxada após o depoimento sobre as convicções políticas paternas, todos os outros foram recolhidos sumariamente à Casa de Detenção, com mais de três mil pessoas detidas à mesma época, para confessarem, sob tortura, crimes políticos que não haviam praticado.

Tais prisões ocorreram no Rio e em São Paulo. Mas, no resto do País, mais dez mil pessoas também foram presas, a maioria em Pernambuco e no Rio Grande do Norte. O dossiê policial de toda essa gente está no arquivo de documentos sigilosos da Câmara dos Deputados, sobre o levante comunista de 1935, em Natal, Recife e Rio de Janeiro.

Artifícios — Os papéis do arquivo mostram que as autoridades, após a decretação do estado de sítio — aprovada pelo Congresso na véspera da eclosão do levante no Rio — prendiam quem quer que fosse, especialmente pessoas do povo e trabalhadores, ainda que não tivessem vinculações políticas notórias. Para isso, recorria-se ao artifício de forjar, quando necessário, crimes atribuídos ao detidos.

Vistas a distância, as folhas de antecedentes de cada preso não pareceriam falsas, após 54 anos, não fossem, como se nota do confronto dos documentos da Câmara, erros grosseiros das autoridades, em particular da Polícia, então chefiada por Felinto Müller, mais tarde senador.

Dos antecedentes do preso Haroldo Dias, 20 anos, solteiro, recolhido à Detenção, consta ser ele conhecido na criminalidade pelo vulgo de "Vitrola". Preso em 21 de dezembro de 1935 — quase um mês após o levante — registra seu prontuário (nº 109.521 A.G.) que ele tivera "treze prisões para averiguações e era ladrão, chantagista, arrombador e vadio".

"Trata-se, portanto, de indivíduo que, por seus antecedentes, poderia ser explorado como elemento da desordem" — justifica o então delegado César Garcez, da Delegacia de Investigações Gerais, ao encaminhar o preso ao juiz executor do estado de sítio no Rio, Barros Barreto. Pelo sim, pelo não, o suposto "Vitrola" foi juntar-se aos presos políticos na Detenção, passando, antes, como todos os outros, pelas celas acusados por crimes comuns.

Haroldo, na realidade, era estudante de Medicina e fora detido na Praia Vermelha (bairro do Rio), em frente à faculdade em que estudava, ao conversar com outros estudantes. Em depoimento prestado na Detenção, Haroldo atribuiu sua prisão ao fato de estar em companhia de "colegas, que, depois soube, seriam suspeitos de extremismo". O suposto arrombador era irmão do capitão do Exército João Pinheiro Ribeiro Dias, morto durante o levante e promovido em seguida a major.

Ordem — Mais de mil folhas de antecedentes de presos, após 27 de novembro de 1935, contêm acusações quase iguais às feitas a Haroldo. Em nome da ordem, e com base em informações de organismos de segurança norte-americanas e europeus, notadamente da Alemanha nazista, as autoridades prenderam até mesmo alguns alcagüetes, além de estrangeiros chegados ao Brasil depois de sufocado o levante de novembro.

Mas a violência da repressão recaiu, na maior parte, sobre trabalhadores, em especial negros, judeus e estrangeiros. O temor de ser tomado por judeu — quando os nazistas perseguiam os judeus, mandando-os para campos de concentração — transparece em muitos processos contra presos cujos nomes pareciam, à polícia, de origem judaica. Da relação de cem presos de Curitiba, até novembro de 1936, 21 eram judeus processados por "defenderem idéias extremistas".

Igor Bolgaruky, nascido em Moscou, solteiro, 41 anos, foi dos primeiros presos, na fase da movimentação política decorrente da criação e funcionamento da Aliança Nacional Libertadora, organização suprapartidária, no primeiro semestre de 1935.

Além de se dizer defensor da família imperial russa, deposta pelos comunistas em 1917, Igor, exfuncionário do City Bank, afirmou ser descendente direto do príncipe Dolgoruky. O tratamento policial aos presos da classe média, em geral, era menos severo do que o dispensado aos pobres. Depois, ele frisou que "podia provar não ser judeu. Basta — disse em seu depoimento — que me submetam a um exame médico".



Getúlio, chefe do Estado Novo

Jovens e negros — No arrastão policial contra o levante foram presos, no Rio, o sul-africano Dime Jawa, 45 anos, negro e mendigo, por isso considerado presa fácil da subversão, e, em São Paulo, Isaltino Veiga dos Santos, negro, 35 anos, chefe da revisão do jornal "A Platéia" e um dos fundadores da Frente Negra Brasileira. Recolhido à prisão paulista, que era considerada a mais desconfortável de todas, apesar de denominada "Prisão do Paraíso", Isaltino foi tão severamente espancado quanto Dime Jawa nos xadrezes do Rio.

Os vizinhos da cela do revisor protestaram contra seu espancamento, que — segundo vários depoentes — tinha deixado o jornalista quase à morte. Em carta ao juiz do sítio, Isaltino denunciou as brutalidades que sofrera por não ser branco.

Mas além das arbitrariedades inferidas dos depoimentos dos presos, constam do arquivo provas de violência explícita contra jovens de todas as raças. Dezenas de moços entre 16 e 18 anos, como ocorrera com Luiza Marcelina, também foram levados aos xadrezes e até à Detenção, embora estivessem protegidos pela legislação de menores.

Estão no arquivo, entre outros, os **dossiês** dos presos políticos Lauro Sant'Anna, 16 anos, ajudante de caminhão; Nelson Guimarães, entregador, 17 anos; Uacury Ribeiro de Assis, estudante, 17 anos (preso fazendo pichações contra prisões injustas, em 13 de dezembro de 1935); Dilermando Sebastião Palmieri, desempregado, 17 anos; Rubens Lídio dos Santos, vendedor de frutas, 17 anos; Bruno Panelli, desempregado, 17 anos; e Arthur Heládio Neves, estudante e empregado do comércio, 17 anos.

As prisões curiosas — Damian Fomovisc Maistrenko, de 61 anos, ucraniano, foi preso no dia de Natal de 1935, em Rezende (RJ). Contou ele à Polícia que era alcagüete da Delegacia de Ordem Política do Paraná, trabalhando sob as ordens do coronel Adolfo Guimarães, de Ponta Grossa. Como era andarilho, sua missão consistia em delatar as reuniões de natureza comunista, nas cidades pelas quais passasse. No Rio, porém, ou as autoridades não acreditaram em sua história, pois o enquadraram como elemento perigoso, "por freqüentes contatos com extremistas", ou adotaram essa fórmula para acobertar o trabalho do delator. O processo de Fomovisc foi arquivado pouco tempo depois de seu recolhimento à Casa de Detenção.

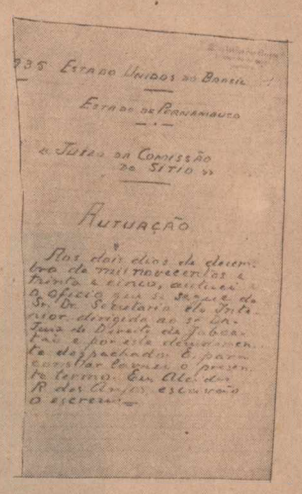
Adalbert Biriny, 42 anos, húngaro, foi preso dois meses depois de sufocado o levante. Ele chegara ao Brasil em janeiro de 1936, procedente de Hamburgo (Alemanha). A história por ele contada à Polícia foi tão rocambolesca quanto a que a própria Polícia contou depois a seu respeito, a partir de denúncia do cônsul húngaro em Porto Alegre, Arthur Ronai, aparentemente confirmada por organismos de segurança europeus, em especial da Alemanha e da Hungria.

Biriny teria participado do golpe comunista desfechado por Bela Kun, naquele país, em 1919. Segundo a Polícia, com a queda do regime comunista, ele foi condenado, mas fugiu para a Suíça, dedicando-se ao comércio filatélico. Nessa condição, ofereceu à família real inglesa uma coleção valiosa de selos. Tendo seu retrato sido publicado nos jornais, a polícia húngara o reconheceu como o comunista fugitivo e solicitou sua detenção. Biriny foi para Hamburgo e dali para a Argentina, com escala no Rio. Disse à polícia que era vítima de maquinações do governo húngaro, pois denunciara o príncipe Windischgratz como falsário. Alegou possuir uma fazenda de lúpulo na Argentina.

Raul Karacik, 29 anos, médico em São Paulo, foi preso por "exercer incessante atividade intelectual de agitador, no meio sindical, na imprensa e nos comícios de caráter extremista".

Waldyr Alves da Cruz, estudante, 19 anos, fora excluído do Exército em setembro de 1935, "por inclinação extremista". Em dezembro, sufocado o levante, ele foi preso por usar a farda do Exército. Declarou que o fazia por não se conformar com sua exclusão. Francisco Fiola, italiano, 49 anos preso como comunista, embora alegasse pertencer, na Itália, à ala direitista da Internacional Socialista, presidida pelo belga Emílio Wanderveld.

Coronel Fidêncio de Melo, preso em 5 de dezembro de 1935, sob a acusação de ser simpático ao comunismo. "Mas como? — reclamou ele, em seu depoimento. Sou amigo pessoal de Vargas e o maior latifundiário de Santa Catarina. Não posso, pois, ter idéias marxistas"! Nem por isso ele se livrou da detenção.



Página de rosto do documento

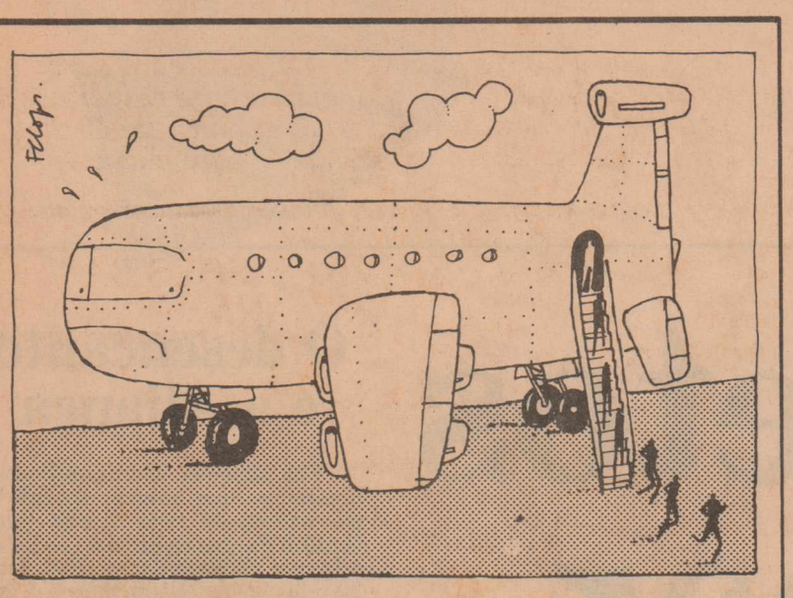
Choques no Rio, Natal e Recife

O levante comunista de novembro de 1935 eclodiu em três cidades: Natal (RN), dia 23; Recife (PE), dia 24; e Rio de Janeiro, então Distrito Federal, dia 27. Na história oficial, é conhecido depreciativamente como Intentona Comunista. O movimento foi sufocado em poucas horas, mas com muitas vítimas. Só no Rio morreram 30 pessoas.

Em Natal, a revolta foi iniciada por sargentos, cabos e soldados do 24º Batalhão de Caçadores; em Recife, pelo 24º Batalhão de Caçadores; e no Rio, pelo 3º Regimento de Infantaria e pela Escola de Aviação Militar. Segundo as historiadoras Dora Flaksman e Alzira Alves de Abreu, "todos esses levantes foram promovidos em nome de uma revolução popular e da Aliança Nacional Libertadora (ANL)."

Em depoimento a Dênis de Morais e Francisco Viana, Luis Carlos Prestes, então ligado ao PCB e presidente de honra da ANL, afirma que a situação nos quartéis, à época, era caótica, dadas as reivindicações dos militares. Segundo ele — que assumiu a responsabilidade pelos levantes — a sublevação de Natal escapou ao controle do PCB, pois se originara da insatisfação de cabos e sargentos, que tinham sido proibidos de reengajar-se.

□ **Leia na edição de terça-feira a segunda parte desta reportagem com depoimentos de Olga Benário, Luis Carlos Prestes e Pagu.**



Ameaça de bomba no vôo 564

□ Alarme falso atrasa decolagem em 4 horas

Recife — Um alarme falso, provocado por um telefonema anônimo recebido pelo escritório da Transbrasil no Aeroporto dos Guararapes, provocou ontem um grande susto entre os passageiros que aguardavam o momento de embarque. O aviso dava conta de uma bomba que havia sido colocada no avião que faria o vôo 503 daquela companhia que se encontrava no pátio, esperando ordem para decolar. A Polícia Federal foi acionada e verificou a improcedência da denúncia, liberando a partida da aeronave, após quatro horas de atraso.

Às seis horas da manhã, o funcionário Valter Santos, que tirava plantão no escritório da Transbrasil no aeroporto atendeu o telefone e uma voz de homem deu o aviso da suposta bomba. Imediatamente, a companhia comunicou o fato a Infraero, que chamou a Polícia Federal. Em poucos minutos, a pista foi interditada e a aeronave, ainda esperando ordem para taxiar, vistoriada. Todos os passaeriso foram obrigados a descer e passar por uma rigorosa revista. O compartimento de carga do avião também foi vasculhado pelos agentes da PF, comandados pessoamente pelo superintendente em exercício, Vladimir Cutarelli.

O vôo 503 da Transbrasil deveria ter saído do Recife às 6h15 com destino a Porto Alegre e com escalas em Aracaju, Maceió, Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo. Somente às 10h20 a Polícia Federal e a Infraero admitiram liberá-lo. Nesse período, alguns vôos que se detinavam a Brasília, São Paulo e Belém também acabaram sofrendo atrasos. Três passageiros do vôo 503, que não quiseram ser identificados, passaram mal e se negaram a prosseguir viagem, temendo novas ameaças. A companhia concordou recolocá-los em um outro vôo.

Previdência debate o alcoolismo

"Rumos da Recuperação do Alcoolista" é o tema do seminário a ser aberto amanhã às 9h00, no auditório do Ministério da Previdência Social, pelo ministro Jader Barbalho. Na oportunidade, será lançado o 1º Prêmio Previdência/Ciplan de Propaganda, destinado às empresas públicas e privadas que veicularem durante as festas de fim de ano e do Carnaval peças publicitárias com mensagens em torno do tema "Alcoolismo é doença que requer ajuda". Este prêmio também será concedido à melhor reportagem escrita sobre o assunto.

Ainda durante a abertura do seminário serão homenageadas a empresa Seagrans e a Fundação OK. Pelo trabalho educativo que ambas vêm desenvolvendo no combate às drogas e dependentes químicos. "Alcoolismo e Seguridade Social", "O Alcoolismo e a Comunicação Social" e "Relações do Alcoolismo com Outras Dependências" são algumas das questões a serem abordadas durante o seminário.

As conferências e os debates prosseguirão até dia 7 próximo, com cerca de 300 participantes, entre médidos, assistentes sociais, psicólogos, técnicos das secretarias estaduais de saúde e do MPAS, além de representantes de empresas particulares e públicas dentre elas a Light, Embratel, Companhia do Vale do Rio Doce, Johnson e Johnson, Empresa Brasileira de Correios e Telegráfos, Banco Central e o Banco do Brasil.

Dentre os conferencistas está o professor John Burs, diretor da Vila Serena — um centro para tratamento de dependência química com sede em São Paulo, Piracicaba e Rio de Janeiro.

Arquivo



Ministro Jáder Barbalho

Delegado quer acarear Jaqueline e o namorado

Rio — O delegado Álvaro Luiz Pinto de Souza, responsável pelas investigações sobre o assassinato do empresário José Carlos Nogueira Diniz, ocorrido domingo passado na Barra da Tijuca, informou ontem ao sair da 16ª DP (Barra da Tijuca), que provavelmente será feita hoje uma acareação entre a ex-mulher do empresário, Jaqueline Diniz, e seu namorado, Paulo Sérgio da Fonseca, principal suspeito do crime. Segundo ele, há várias contradições entre os depoimentos prestados pelos dois até agora. Álvaro, no entanto, não revelou que contradições são essas e nem o horário da possível acareação.

O delegado, que é diretor do Departamento de Polícia Especializada conversou com Paulo Sérgio até por volta de 2h30 de ontem a portas fechadas numa das salas da delegacia "para tentar conseguir algo novo", segundo explicou, acrescentando que a conversa não lhe trouxe muitas novidades.

Paulo Sérgio voltou a negar a autoria do assassinato mas, para o delegado, as evidências de que ele matou o empresário são muitas apesar de, até agora, a polícia ter apenas como prova concreta contra ele o depoimento do porteiro do restaurante Antiquarius, Almir Otoni da Silva, que reconheceu Paulo Sérgio como o homem que seguiu o empresário na madrugada de domingo, após este ter jantado no restaurante com sua mulher Lucimar.

"O porteiro o reconheceu com muita convicção. Temos que trabalhar agora para ver se conseguimos mais provas", disse o delegado.

Tratamento

A ex-mulher do empresário José Carlos Diniz, Jaqueline, passou o dia de ontem de cama, sob tratamento médico. Sofrendo de problemas cardíacos, ela começou a se sentir mal sexta-feira à noite, depois de ir à 16ª DP (Barra da Tijuca) e ser informada da decretação de sua prisão domiciliar. Levada para a casa da irmã, Denise, que mora na Gávea, zona sul do Rio, Jaqueline só pôde receber visitas de parentes ou de seus advogados. A empregada da irmã de Jaqueline informou que ela havia sido proibida de falar pelos médicos. Policiais ficaram de plantão a noite toda na casa de Jaqueline.

Brasileiro ganha prêmio americano

O brasileiro Sérgio M. do Vale, que faz mestrado em Arquitetura Experimental na Universidade de Houston, Texas, nos Estados Unidos, tirou o primeiro lugar no Concurso Nacional, com concorrentes de todo o País, promovido pela The Planetary Society (A Sociedade Planetária), sob o tema The role of Antarctica in a planning for a Mars Base (O papel da Antártida no planejamento de uma base no planeta Marte). Ele desenvolve no momento o projeto Antarctica Planetary Testbed, como sua tese de mestrado, trabalho que foi selecionado e exposto permanentemente no Houston Museum of Natural Sciences (Museu de Ciências Naturais de Houston).

Sérgio Vale, que venceu a todos os concorrentes na América inteira, com sua tese, disse que após o desastre da Challenger os Estados Unidos retornaram ao espaço com grande sucesso, voltando-se para o estabelecimento de uma estação espacial em Marte, numa missão humana das mais arrojadas.

Secretário de Maruim assassina encanador

Aracaju — O secretário de Obras da Prefeitura de Maruim, a 38 quilômetros de Aracaju, José Nunes, matou com golpes de chave de fenda o encanador Orlando dos Santos. A polícia descartou qualquer conotação política para o crime. Nunes, que é coordenador da campanha do candidato do PRN, Fernando Collor de Mello, em Maruim, está foragido.

Segundo a polícia, o motivo do crime, cometido no começo da noite de sexta-feira, foi uma discussão entre o secretário de Obras e o encanador por causa de amendoins. Orlando queria comer amendoins de graça de uma vendedora abulante. A vendedora negou-lhe os amendoins. O encanador insistiu no pedido. Irritada com a insistência, a vendedora pediu ajuda a Nunes. Houve discussão entre o secretário e o encanador. No meio da briga, Nunes sacou de uma chave de fenda e desferiu cinco golpes na cabeça de Orlando, que morreu pouco depois.



No Dia Mundial da Propaganda, nossa homenagem aos autores da melhor campanha feita no Brasil nos últimos anos

Estamos homenageando hoje os responsáveis pela campanha que tem chegado a todas as casas, todas as praças, ocupado todos os veículos de comunicação e todas as conversas.

Uma campanha que tem suas idéias expostas e defendidas livremente. Que tem aliado emoção e razão.

Uma campanha que nos faz compromissados com os nossos destinos.

Uma campanha aprovada pelo voto de 82 milhões de brasileiros.

Uma campanha que marca o reencontro definitivo de um povo com a democracia.

Valeu, Brasil! Há 29 anos não se via uma campanha assim.

Homenagem:

sindicato dos publicitários de brasília

Apoio:

D&M COMUNICAÇÃO

COLABORAÇÃO DESTE VEÍCULO

SRS. CANDIDATOS: AINDA TEMOS VAGAS.

Residencial Plínio Cantanhede. No Guará, 2 ou 3 quartos, pra quem quer mudar pra melhor.

A Paulo Octavio comunica aos candidatos que só tem 34 apartamentos disponíveis no Residencial Plínio Cantanhede.

Este é um lançamento comprometido com a melhoria do seu nível de vida.

Apartamentos de 2 ou 3 quartos acarpetados, com varanda, interfone e garagem.

Prédio sobre pilotis, com salão de festas, espelho d'água, quadra de peteca e playground.



Poupança facilitada em 60 meses, reajustada pelo índice oficial da poupança.

Para maiores informações, procure os nossos comitês de vendas. Sede - SCLN 201, Bloco D, Fone: 225-1713 - ou visite apartamento decorado: QI 31, Lote 3, Guará II, Fone: 568-4230

E tome posse agora.

50% DE DESCONTO NA POUPANÇA À VISTA

PaulOOctavio

CRECI 1.700